

RECURSO ESPECIAL Nº 1.840.071 - SP (2019/0107076-1)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
RECORRENTE : MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES
PROCURADOR : FERNANDA CRISTINA LOURENÇO ALVES MEIRA E
OUTRO(S) - SP309977
RECORRIDO : ELISA MARIA DA CUNHA
ADVOGADOS : FRANCISCO ROMANO - SP162746
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE COMANDO NORMATIVO NOS DISPOSITIVOS INDICADOS. SÚMULA 284/STF. DEFICIÊNCIA NA ARGUMENTAÇÃO RECURSAL. SÚMULA 284/STF. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, *a*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TJSP, assim ementado (fl. 317):

AGRAVO REGIMENTAL. Decisão monocrática que negou seguimento ao recurso de apelação, em virtude da perda superveniente do objeto. Decisão mantida em seus exatos termos. Agravo regimental não provido.

O recorrente alega violação dos artigos 4º, 296, 485, inciso IV, e 487, inciso I, todos do CPC/2015, ao argumento de que não houve a perda do objeto da ação em razão do cumprimento da tutela provisória, pugnando pelo julgamento da apelação do Município, para seja reconhecida a sua ilegitimidade passiva ou julgado improcedente o pedido formulado na inicial, pelos fundamentos expostos na apelação do Município.

Com contrarrazões.

Decisão de admissibilidade às fls. 362-363.

Decisão de conversão do agravo em recurso especial à fl. 392.

É o relatório. Passo a decidir.

A pretensão não merece prosperar.

Isso porque no que diz respeito aos artigos 4º, 296 e 487, inciso I, todos do CPC/2015 não é possível conhecer do recurso especial, pois os dispositivos indicados como malferidos não contêm comando normativo capaz de sustentar a tese deduzida e infirmar a validade dos fundamentos do acórdão recorrido. Incide, no caso, a Súmula n. 284/STF.

No tocante ao art. 485, inciso IV, do CPC/2015, o recorrente apresentou argumentos genéricos e vagos e que se encontram dissociados dos fundamentos aplicados pelo acórdão recorrido, situação que não permite a exata compreensão da controvérsia e impede o conhecimento do recurso. Aplica-se à hipótese a Súmula 284/STF.

Ante o exposto, **não conheço** do recurso especial.

Majoro em 10% os honorários advocatícios fixados anteriormente, observados os limites e parâmetros dos §§2º, 3º e 11 do artigo 85 do CPC/2015 e eventual Gratuidade da Justiça (artigo 98, §3º, CPC/2015).

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
Relator

